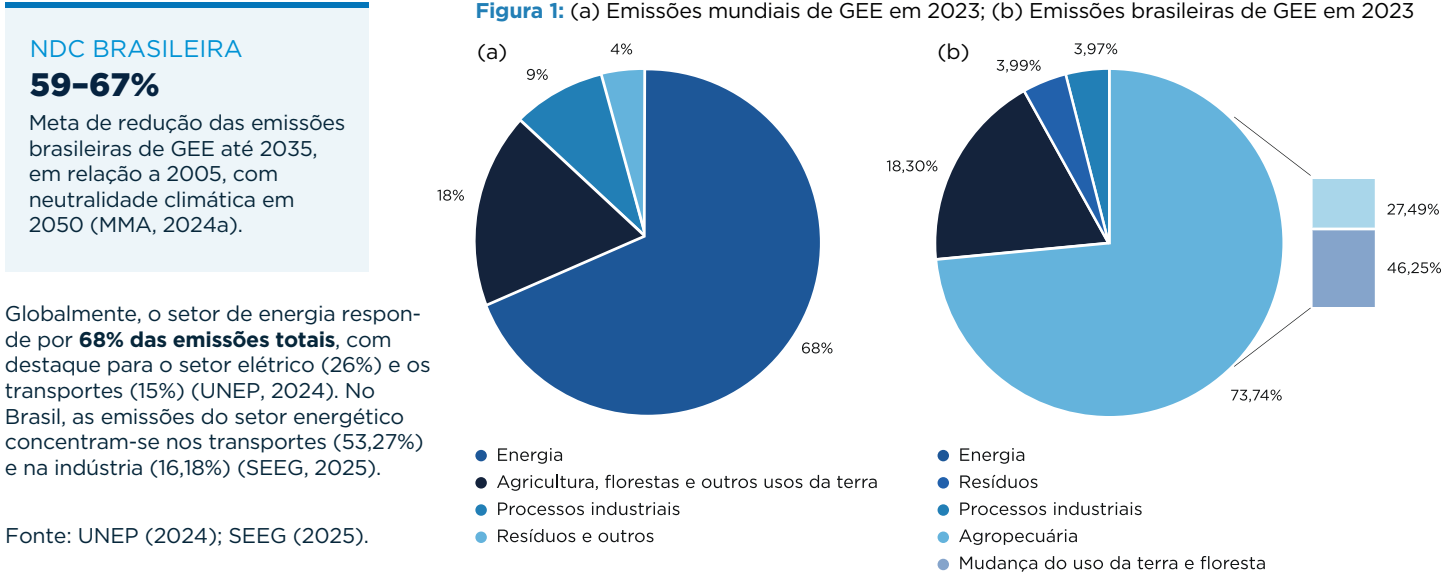


A transição energética brasileira parte de uma matriz elétrica majoritariamente renovável, cerca de 84% da capacidade instalada de geração (EPE, 2026), e de um amplo conjunto de políticas e iniciativas federais e estaduais. O principal desafio é articular esses instrumentos, reduzindo sobreposições, preenchendo lacunas e fortalecendo sua implementação. O relatório mapeia esse cenário e identifica avanços e oportunidades de sinergia entre as políticas.

1 Contexto: compromissos climáticos e perfil das emissões



2 Arquitetura das políticas federais

Os instrumentos federais mapeados distribuem-se em cinco funções complementares, estão alinhados ao Acordo de Paris e à NDC brasileira e envolvem múltiplas instituições, o que torna a coordenação interinstitucional um elemento central para sua efetividade.

Figura 2: Panorama do arcabouço nacional da transição energética



Fonte: FGV Clima (2026).

3 A política articuladora: PNTE > Plante e Fonte

Política Nacional de Transição Energética (PNTE): Instituída pela Resolução CNPE nº 5/2024, é o principal marco da transição energética nacional, orientada por ação climática, segurança energética, acesso universal, redução da pobreza energética e competitividade. Seu monitoramento cabe ao CNPE, com coordenação executiva da SNTep/MME.

Instrumentos da PNTE:

Plano Nacional de Transição Energética (Plante)
Instrumento de planejamento e ação

3 pilares estratégicos · 15 blocos de ação · Pilares derivados do PNE 2055

- Segurança e resiliência do sistema energético
- Justiça energética, climática e ambiental
- Energia competitiva para baixo carbono

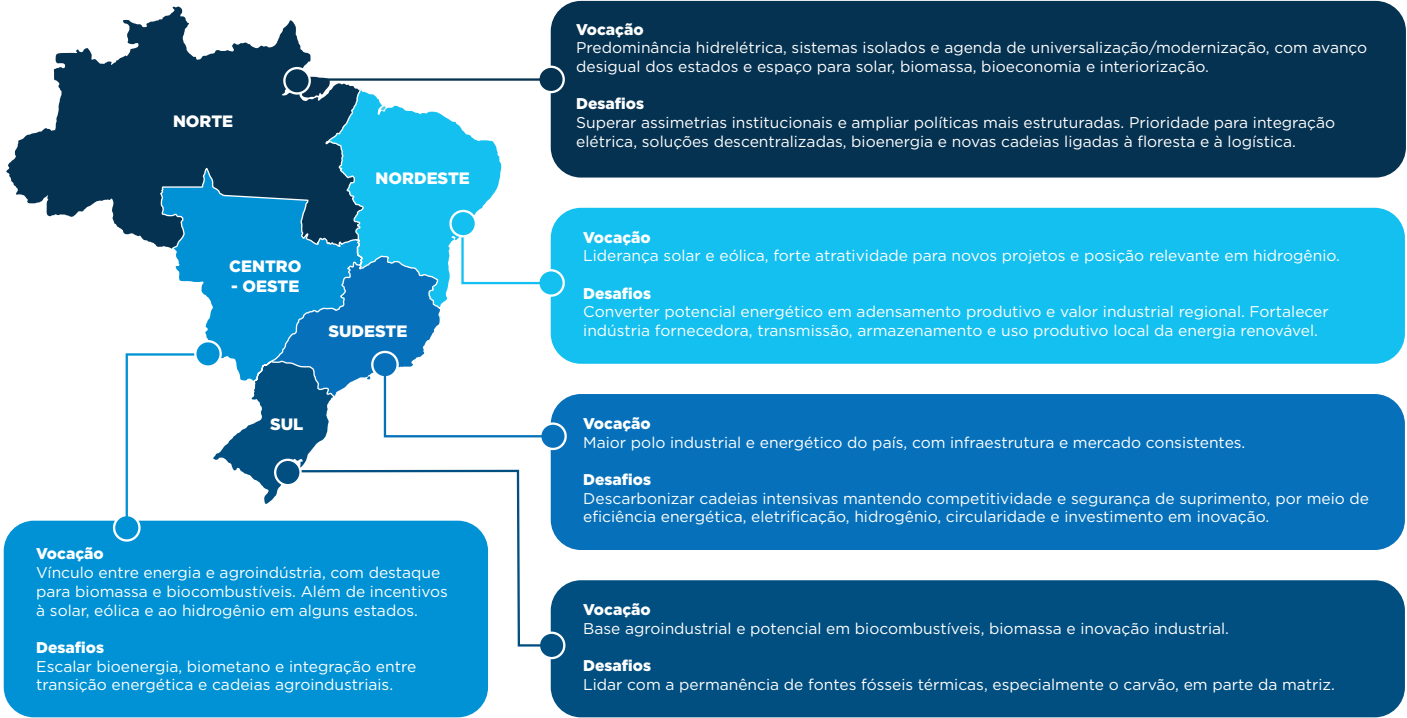
Fórum Nacional de Transição Energética (Fonte)
Instrumento consultivo e de participação social

Plenário tripartite com 87 membros (19 federais, 10 estaduais e municipais, 29 da sociedade civil, 29 do setor produtivo)

- Comitê Executivo (CE Fonte) e Secretaria-Executiva (SE Fonte/DTE)
- Câmaras Temáticas organizadas pelo Plante
- Carta de Recomendações dirigida anualmente ao CNPE

4 Políticas estaduais: vocações regionais e cobertura temática

O mapeamento subnacional organiza os instrumentos estaduais em políticas transversais e seis eixos temáticos. A solar distribuída está presente em todas as regiões; a eólica se concentra no Nordeste; biogás e biometano acompanham o perfil agroindustrial do Centro-Oeste e Sul; e o hidrogênio avança em número crescente de estados. A eficiência energética é o eixo menos institucionalizado, geralmente inserido em marcos mais amplos e com poucos instrumentos próprios.



Participação de cada região na geração elétrica nacional em 2025:

28,1% Sudeste: Matriz mais equilibra- da do país e única com geração nuclear; concentra a infraestru- tura fóssil.	24,9% Nordeste: Responde por 94,6% da geração eólica nacional; hidrogênio com política dedicada em sete dos nove estados.	19,5% Sul: Concentra quase toda a produção nacional de carvão mineral; SC edi- tou a primeira lei esta- dual de transição justa.	16,3% Norte: Detém a maior reserva de potencial hidrelétrico não aproveitado e os desafios dos Siste- mas Isolados.	11,1% Centro-Oeste: Responde por 45,9% da produção nacional de álcool combustível, puxada pelo etanol de milho.
--	---	--	---	---

Fonte: Balanço Energético Nacional 2026 - Ano Base 2025 (EPE, 2026).

5 Principais achados e conclusões

Coordenação Articulação federativa e intersetorial A PNTE e os planos nacionais alinham instrumentos federais e estaduais. A efetividade depende da articulação entre governos e setores.	Sobreposição Programas paralelos Eficiência energética e hidro- gênio concentram programas estruturados, mas ainda com pouca coordenação e aprovei- tamento de sinergias.	Lacunas Cobertura limitada e dispersa Armazenamento, qualificação profissional e pobreza ener- gética ainda têm baixa cober- tura entre os instrumentos mapeados.	Execução Maturidade desigual Algumas políticas têm recursos e mecanismos definidos; outras ainda carecem de financiamen- to, monitoramento e capaci- dade de execução.
---	---	---	--

Fonte: FGV Clima (2026). As Políticas Públicas na Transição Energética no Brasil. São Paulo: FGV Clima, 144p.
Financiamento: Instituto Itaúsa.